

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

AS CHAVES DA LIBERDADE: POR UMA MICRO-HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO AFRICANA NO RECÔNCAVO DO RIO DE JANEIRO, SÉCULO XIX

Nielson Rosa Bezerra*

Uma análise da escravidão africana no Brasil, em escala reduzida, possibilita identificar peculiaridades que uma perspectiva mais global do processo escravista. Através da presente comunicação, pretendo criar um contraponto para a escravidão na província do Rio de Janeiro, apreciando um processo exemplar que envolvia senhores, escravos e homens livres pobres na região do Recôncavo do Rio de Janeiro¹ no fim do século XIX. Assim, ao dá eco para diferentes “vozes sociais” que figuravam o mundo escravista, pretendo identificar complexidades sociais que estudos mais gerais comumente ignoram.

Aos 23 dias do mês de junho do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1879, um empregado do Armazém de Café da Companhia Mauá², com a missão de desvendar a verdade sobre o desaparecimento de uma série de objetos das malas e baús dos passageiros daquela companhia, levou à presença do Subdelegado da Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba João Gonçalves Couto, um português que trabalhava carregando malas na estação:

*(...) por estar informando que em poder do mesmo Gonçalves se achava uma cachinha de marroquim preta contendo um livro de horas, Mariana de Marfim com relevo representando Nossa Senhora com o menino e que lhe parecia ser de propriedade do Doutor Perdigão Malheiros, que havião furtado do mesmo Doutor de dentro de uma malla vinda de Petrópolis para a Corte (...). Além de outros objetos que faltão a diversos passageiros que promette remeter com urgência a esta subdelegacia (...). Foi-lhe informado pelo preto Juviano escravo de Jeronymo José Carneiro, que os autores dos furtos praticados na estrada de ferro e malas referidas são os pretos Procópio, escravo da viúva Porcina Maria Porciuncula e Mello, e Vicente, escravo do Coronel Manoel Luis Alves, sendo mancomunados com João Gonçalves Couto, e por quem fosse encontrado em poder da relação, e em poder dos referidos escravos vinte e três chaves diversas, que lhe constam servindo-se pellos para abrirem as malas e cometerem o crime (...).*³

* Doutorando e História UFF/CNPq. E-mail: bezerranielson@hotmail.com.

¹ O Recôncavo, atualmente faz parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, em parte conhecida como Baixada Fluminense. Durante o século XIX existiam três vilas nesta região: Magé, Iguaçu e Estrela. O processo analisado ocorreu no âmbito da freguesia de Nossa Senhora de Pacobaíba que, na ocasião, pertencia a vila de Estrela.

² A Companhia Mauá era a responsável pela administração da primeira Estrada de Ferro do Brasil, inaugurada em 30 de abril de 1854, cujo trajeto ligava o fundo da baía de Guanabara à estação de Frágoso (pé da serra de Petrópolis).

³ Arquivo Nacional. *Corte de Apelação*. Maço 131. Nº 1046. Estrela, 1880, p. 6-7.

Após 25 anos da inauguração da Estrada de Ferro, o número de passageiros havia crescido significativamente, causando a necessidade do emprego de muitos funcionários. Entre estes, existia uma grande variabilidade segundo os segmentos sociais, pois tanto eram empregados escravos como homens livres pobres, como é o caso do imigrante português João Gonçalves Couto.⁴ No caso do português Couto e dos escravos Vicente e Procópio, todos exerciam a mesma função dentro da Companhia, ou seja, eram os responsáveis pela “baldeação” das malas e baús dos passageiros que passavam pela estação. Os três foram descobertos em seu golpe que consistia em abrir as malas dos passageiros e furtar pequenos objetos, cujo pequeno valor não seria motivo suficiente para uma possível reclamação. Entretanto, algo inusitado aconteceu. Acabaram “afanando” a mala do Senador Perdigão Malheiros, cujo prestígio político no Império seria motivo suficiente para que uma simples reclamação provocasse uma profunda investigação policial. O golpe era inteligente porque eles não arrombavam as malas, nem tampouco deixavam rastros e pistas, recorrendo a “23 chaves de vários tamanhos”.

O crescimento de Estrela levou também à ampliação da rede de relações de seus moradores, escravos e livres. As ações que desencadeavam os furtos, somadas ao silêncio e à cumplicidade representavam a possibilidade de aumentar os ganhos que eram conseguidos no trabalho da estação. No entanto, para Procópio e Vicente estas ações eram as chaves da liberdade, pois o dinheiro proveniente da venda dos pequenos objetos furtados serviria para a compra de suas próprias cartas de alforrias e a de outras pessoas próximas. As 23 chaves apreendida eram na verdade uma ferramenta na luta pela liberdade.

*(...) embora os costumes e o uso dos símbolos sejam sempre polissêmicos, não obstante eles assumem conotações mais precisas, a partir de diferenciações sociais variáveis e dinâmicas. Os indivíduos constantemente criam suas próprias identidades, e os próprios grupos se definem de acordo com conflitos e solidariedades, que contudo não podem ser presumidos a priori, mas resultam das dinâmicas que são o objeto da análise.*⁵

É bom ressaltar que, apesar dos três serem acusados pelo crime de roubos e furtos dos passageiros, as estratégias e dissimulações que eram compreendidas através das “23 chaves da liberdade”, não se restringia a eles. O silêncio ao longo do processo, fundamental na trama, é quebrado quando se traz à luz o envolvimento de várias pessoas. Todos participavam diretamente dos furtos ou pelo menos eram coniventes com a situação, guardando segredo em

⁴ Os escravos trabalhavam de aluguel e seus senhores recebiam por eles. Já o tipo de contrato de trabalho entre a companhia e homens livres carece de maiores investigações.

⁵ Ver: LEVI, G. Sobre a Micro-história. Em: BURKE, P. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, P. 152.

troca de “pequenos presentes”. Várias pessoas foram ouvidas e investigadas, algumas delas mais de uma vez. O primeiro que prestou depoimento foi o português João Gonçalves Couto, filho de Manoel Gonçalves Couto, de 38 anos de idade, casado, natural da Freguesia de Santa Maria de Amar, que sabia ler e escrever. Argüido em relação aos acontecimentos que encorpavam as acusações feitas, sumariamente respondeu que

*(...) sobre a sua defesa só tinha a declarar que existia uma caixinha com o livro que se acha em juízo que lhe foi dado pelo preto Procópio (...) e que mais nada sabia, e que á verdade o que acabavam de dizer as pessoas presentes (...).*⁶

À primeira vista, Couto, visivelmente comprometido com os delitos, temia ser indiciado, procurando desviar a atenção das autoridades para os outros envolvidos ele diz não saber de nada; depois admite ser verdade o que diziam as pessoas que levaram a situação ao conhecimento do subdelegado. O delegado não se poupou a interrogar todas as pessoas que pudessem oferecer alguma informação sobre o assunto. Entre outros intimou o preto Juviano, escravo de Jeronymo José Carneiro, de idade de 19 anos, presumíveis, solteiro, natural de Pacobaíba, que também era alugado na Companhia Mauá. Talvez por ser o mais novo entre os envolvidos, o escravo apresentando detalhes que nenhum outro fornecera antes:

*Respondeu que em dia de Domingo já passado, designando-se elle para o seu trabalho as cinco horas da manhã, no lugar onde se achão as bagagens e as cargas a hi encontrou o preto Vicente, escravo do Coronel Manoel Luis Alves, e Procópio, escravo de Donna Porcina Maria e Mello, abrindo duas malas que se achavão na referida Estação Mauá, e subtraindo de dentro das malas diversos objetos inclusive o livro de horas que se acha nesta Subdelegacia, depois do que pelo menos lhe foi dito que eles tinham tirado umas coisas que não valião, e que João Gonçalves Couto havia tirado uns brincos bonitos, e que tem um par de brincos em seu poder que lhe forão dados pelo dito Couto (...). Declara que tem um chapeo de palha que lhe foi dado pelo referido Couto; e que além destes objetos por outras vezes os mesmos Vicente e Procópio, e João Gonçalves Couto, tiraram outros objetos (...).*⁷

Apesar de não assumir ser elemento efetivo do grupo, sua convivência era gritante, pois sabia os dias e a hora que se realizavam os furtos: um dia de domingo, às cinco horas da manhã, Contudo, é importante ressaltar que o silêncio tinha um preço, pois Juviano recebera alguns “presentes”. Ainda, dá a conhecer que aconteceram vários furtos e que conhecia as 23 chaves pertencentes a Procópio e sempre os via retirar os objetos no fim do dia de trabalho, apesar de ignorar o destino de tais objetos.

O delegado intimou o principal suspeito de todo esquema, o dono das 23 chaves, utilizadas para abrir as portas da liberdade. No dia 26 de junho de 1879, apresentou-se na casa

⁶ Arquivo Nacional. *Corte de Apelação*. Maço 131. Nº 1046. Estrela, 1880, p. 8.

⁷ Idem, p. 9.

do subdelegado da freguesia de N. S. Guia de Pacobaíba, o preto Procópio, escravo da viúva Dona Porcina Maria Porciuncula e Mello, de trinta anos de idade, solteiro, filho de Henriqueta e natural da mesma freguesia. Trabalhador da Companhia Mauá há mais de dez anos, admitiu os fatos, dizendo

*(...) que possuía uma porção de chavinhas que se achão em juízo, sem a intenção de lhe servir para abrir malas, mais que encontrando entre ella respondente diverças malas e subtrahio diverços objetos que se achão goardados dentro de dois baús de folhas que se acharão na senzala do preto Antonio escravo de Joaquim Alves Coelho e que elle respondente para ahi as havia levado a pedido do dito preto Antonio para guardar (...).*⁸

Procópio usava de sagacidade para emprestar um tom de casualidade e de pouca importância aos atos que praticava. Esta dissimulação torna-se fragrantemente quando afirma que tinha “chavinhas”, sem intenção de abrir as malas. Também destacava o fato de serem objetos de pouco valor excetuando-se apenas um relógio de ouro, que segundo ele já estava em poder do subdelegado. Mas o relógio não era a única exceção, já que admitiu no depoimento possuir outros pertences e uma quantia significativa em dinheiro, que logicamente negara ter conseguido através da venda dos objetos furtados. Ao ser perguntado se além deste relógio de ouro havia subtraído mais alguma coisa respondeu:

*(...) tinha subtrahido alguns cortes de chita e lã e algumas peças de roupa que se achava tudo nas mesmas caixas, mas também tem lá muitas roupas de seu uso mesmo nova, que foi comprada com seu dinheiro e não furtada, disse mais que existe quinhentos mil reis em mão da preta Leonor escrava de Joaquim Alves Coelho com que elle respondente está amasiado, cujo dinheiro era para a liberdade d'elle respondente, mas que só duzentos mil réis lhe pertence sendo que os outros tresentos da preta Leonor.*⁹ (grifo nosso).

Os depoimentos deixam claro existir uma ação coletiva, cujo espaço de atuação não era apenas a estação ferroviária, mas toda a freguesia de Pacobaíba. Além disso, nas palavras de Procópio, os elementos envolvidos nos furtos das malas se multiplicam, assim como os efeitos. Os pequenos objetos não eram os únicos resultados das ações, pois também existia a quantia de 500 mil réis, que serviriam para uma possível compra de sua liberdade. Mesmo, podendo ser mais uma artimanha de Procópio para que não perdesse todo o dinheiro, é muito interessante o fato de revelar que apenas 200 mil eram seus e que a maior parte do dinheiro pertenceria a Leonor, sua amasiada. Em primeiro lugar, destaca-se a associação de Leonor e Procópio para que juntos conseguissem a liberdade, podendo-se perceber uma estreita

⁸ Ibidem, p. 11.

⁹ Ibidem, p. 12.

cumplicidade, pois ele afirmava em juízo que o dinheiro era “limpo” e que pertencia a Leonor, dizendo

*(...) que erão economia que fazia de deseseis mil réis que recebia mençal da Companhia para a sua alimentação; perguntado quem o sustentava visto guardar a quantia destinada para isso; respondeu que a preta Leonor quase sempre lhe levava comida, e que elle respondente também comprava pão e comia alguma cousa que lhe davão os outros na estação a onde trabalhava (...).*¹⁰

De acordo com suas palavras, do pouco que recebia mensalmente para o seu sustento, quando não era provido por Leonor, ele comprava a comida e ainda sobrava para juntar uma quantia significativa. Além disso, sendo Leonor uma escrava doméstica, também teria conseguido juntar uma quantia ainda maior. Neste momento, as palavras do preto Procópio tornam-se reveladoras para a análise principal deste trabalho, pois ele afirmava que recebia uma quantia de 16 mil réis para o seu sustento. Procópio era alugado, sendo assim, a Companhia deveria pagar um valor previamente combinado a sua senhora e, além disso, ainda concedia um valor específico diretamente ao escravo. Apesar de não ser um escravo ao ganho, Procópio tinha um valor mensal que poderia administrar, e que mesmo não sendo suficiente para lhe prover a liberdade seria uma importante justificativa para os ganhos adicionais que fazia com os roubos das malas.

Além das considerações que foram feitas até aqui, uma outra questão chama muita a atenção: a quantidade de pessoas envolvidas nesta trama. A cada depoimento um nome era citado e mais um componente da rede era revelado. No caso de Procópio, além de seus parceiros de acusação e de Juviano que já havia prestado depoimento, ele adiciona mais dois elementos, a já mencionada Leonor e Antônio, um escravo amigo a quem teria pedido para guardar os pertences em sua senzala. Mas as suas revelações não param nestes dois, pois a conclusão de seu depoimento nos permite elaborar a hipótese que esta rede envolvia muitas pessoas, muitas delas que não foram sequer ouvidas, mas que mesmo indiretamente tinham participação no caso. Quando lhe foi perguntado se quando ele subtraía os objetos recebia ajuda de alguém, respondeu:

(...) que na maioria das vezes era nos fundos dos saveiros e que alguns companheiros via mas que elle respondente sempre lhes dava algumas cousas para elles não publicarem, disse mais que os furtos mais importantes forão praticados era auxiliado pelo trabalhador da mesma estação João Gonçalves Couto, tanto assim que uma vez o dito Couto levou para sua residência uma cachinha de madeira que se achava fechada a chave, e que no dia seguinte quando elle respondente recebeu as chaves perguntou o que havia achado dentro da cachinha e que Couto respondeu que tinha achado uns brincos e umas cousa a toa, disse mais que é

¹⁰ Idem.

*verdade que por diverças vezes elle respondente tinha cometido esses furtos mais que sempre forão cousas insignificantes porem sabendo o dito Couto disse empregasse como trabalhador na mesma estação e quando elle respondente abria as malas o dito não se contentava com objetos de pequeno valor (...).*¹¹

Curiosamente, Procópio denuncia Couto mas não Vicente, o que leva a supor uma preocupação em preservar o companheiro, evidenciando uma parceria mais estreita no negócio entre eles. Quando fala do português, deixa de lado o tom de pouca importância e assume uma posição acusatória, dizendo que nas diversas vezes que havia cometido os furtos afanou coisas insignificantes, mas que ao saber disso, o mesmo Couto se empregou como trabalhador da estação. Segundo Procópio, todas as vezes que abria as malas e achava coisas de pequeno valor, o português não se contentava e que na última vez que o fizera, o mesmo Couto havia ficado com várias peças de roupas de homem e de mulher, além de uma caixa de veludo colorida contendo um par de brincos de brilhante, que foi levado para casa através de Alfredo, filho de João Couto.

As acusações feitas contra o português Couto, demonstram que o golpe das “chaves da liberdade” era praticado essencialmente pelos escravos, mas que um homem livre pobre foi incorporado à rede, quem sabe mediante pressão por ter descoberto o delito, e ameaçar denunciar o grupo. Note-se que o português foi trabalhar na Companhia quando soube da possibilidade desse ganho extra. A paciência e a discrição eram as armas que garantiam o sucesso das ações. A cobiça de Couto pode ter sido a causa da descoberta da trama, levando todos a serem investigados como autores de crimes contra o patrimônio dos passageiros que faziam a baldeação dos saveiros que chegavam do Rio de Janeiro através da Baía de Guanabara para pegar o trem para Petrópolis.

No depoimento de Vicente, escravo do Coronel Manoel Luis Alves, de trinta e tantos anos presumíveis, solteiro, filho de Rita, natural da freguesia de Guia, em Estrela, assim como no de todos os outros, à exceção de Procópio, as acusações são veementemente negadas. Segundo Vicente, em ocasião nenhuma ele presenciara a prática dos furtos, a não ser em um dia de domingo, sem se lembrar da data ao certo, ao chegar à Estação de Mauá, encontrou Procópio, Couto, Juviano, o moleque Amancio e o vigia da estação e que de longe percebeu que todos buliam nas bagagens depositadas. Mas que ele jamais havia participado de qualquer coisa, pois só teria recebido uma camisa branca já usada, o que, segundo ele, não configuraria culpa alguma neste negócio. Para Vicente, ele não deveria interferir nos fatos ocorridos, pois

¹¹ Ibidem, p. 13.

estava presente um trabalhador branco, o português João Couto, que teria a responsabilidade de delatar os furtos que haviam sido praticados e, como não o fizera, deveria ser o maior culpado. Assim, há uma clara preocupação em proteger Procópio, seu companheiro de cativeiro, pois além de acrescentar outras pessoas que também tinham participação nos furtos, Vicente procurava visivelmente dar maior culpa a Couto.

Mediante os depoimentos, o subdelegado imediatamente executou o Auto de informação para a busca e apreensão na casa do português João Gonçalves Couto, na senzala de Antônio, escravo de Joaquim Alves Coelho e na casa da viúva Porcina Maria Porciuncula e Mello, de forma que pudesse recuperar os objetos furtados na estação da Estrada de Ferro Petrópolis.

A diligência de busca e apreensão iniciou-se pela casa de João Gonçalves Couto onde foi procedida a mais minuciosa busca, examinando todas as salas, quartos e lugares, fazendo abrir as portas fechadas e nada foi encontrada. Da mesma sorte, foi feita a inspeção na casa do senhor Joaquim Alves Coelho que “franquiou” a senzala onde vivia o seu escravo Antônio. Nesse lugar foram encontrados dois baús fechados a cadeado, que foram abertos com as próprias chaves de Procópio, e continha um total de 109 objetos entre eles meias, lenços, gravatas, leques, chapéus. Como se percebe, os objetos encontrados com Antônio, eram de valores insignificantes, apesar da quantidade expressiva, no máximo encontraram alguns pares de brincos de ouro ou brilhante que se encontravam dentro de caixinhas de veludo.

Na casa de Dona Porcina Maria Porciúncula e Mello que permitiu a entrada no quarto do preto Procópio, foi encontrado um baú pequeno contendo mais 54 objetos, sendo que neste lote a presença de objetos de ouro, diamantes é mais expressiva, o que permite supor que Procópio preocupava-se com os objetos mais valorizados, ocupando-se pessoalmente com a sua guarda. A senhora de Procópio assinou um termo de entrega, onde dispõe outros objetos para o subdelegado, sendo que neste caso dos 58 objetos que estavam em seu poder a maioria eram, presumidamente, de valor significativo, havendo relógios de ouro, brincos de brilhante, braceletes de ouro e prata e ainda 362 mil réis, parte do valor que Procópio havia feito referência em seu depoimento. A lista dos objetos encontrado deixa cair por terra o argumento de Procópio de que só retirava coisas de pequeno valor. Interrogada sobre o dinheiro e as jóias que estavam em sua casa, Dona Porcina respondeu que nada sabia de furtos e roubos que ocorriam na estação. Segundo ela, o dinheiro foi entregue por Luiza uma escrava amiga de Leonor, que pertencia ao senhor Joaquim Alves Coelho e que os objetos foram todos levados para a sua residência por Procópio. Há então suspeitas de que a própria Dona Porcina

participasse da rede de cumplicidade, pois recebera a escrava Luiza que era amiga de Leonor, que era amasiada de Procópio, que era amigo de Antônio, que também era de propriedade de Joaquim Alves Coelho, compartilhando portanto, a mesma senzala com Leonor e Luiza. Senzala esta onde se encontrava a maior parte dos objetos roubados por seu amigo Procópio.

A trama torna-se ainda mais complexa, Procópio era um crioulo natural da freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, na vila de Estrela, onde vivia desde o seu nascimento e que trabalhava há mais de dez anos como empregado na Companhia Mauá. O preto Procópio era alugado, uma modalidade de trabalho escravo muito mais recorrente no setor urbano, o que não significa a sua completa inexistência no setor rural. Também era amasiado com uma escrava de outro senhor, Leonor e, além da relação que mantinha com outros escravos alugados na estação, também tinha a confiança de Antônio, possivelmente o escravo mais velho da senzala localizada na propriedade de seu senhor, o que representa uma posição de liderança entre os seus pares. Uma outra questão bastante interessante revela-se quando houve a diligência na casa de Dona Porcina, proprietária de Procópio, pois segundo o relato das autoridades, abriu-se “a porta do quarto do escravo”. Todo estes fatos e constatações indicam a autonomia que Procópio desfrutava, levando a crer que fosse o principal elemento dessa extensa rede e também o “mentor” do plano discreto e silencioso que poderia promover a liberdade de sua pessoa e a de outros escravos que estavam em sua volta.

Ao final do processo a situação de João Gonçalves Couto não pode ser averiguada, pois como homem livre, foi aceita a sua solicitação de que seu processo deveria tramitar em separado dos escravos. Quanto a Vicente, seu senhor o Coronel Manoel Luis Alves contratou um advogado de defesa e, possivelmente usou sua influência política, pois o mesmo foi absolvido. Já Procópio foi condenado a oito anos de galés, 20 açoites e um ano de ferro no pescoço. Após a apelação feita por seu curador público, foi-lhe imposta a pena de quatro anos de galés, 10 açoites e 15 dias de ferro no pescoço, sendo que a sua senhora deveria pagar as custas do processo. Proprietário das chaves, não havia como negar ser ele o responsável pelos delitos cometidos.

Uma complicada teia de interesses desvela-se no decorrer de seu processo de apelação, envolvendo senhores de escravos, homens livres pobres e escravos. Toda essa trama foi armada em função das novas oportunidades trazidas à vila de Estrela pela modernização. Mais dinheiro e valores circulavam, maior era a atração e mais variados os usos que a eles poderiam ser dados. As embarcações e as locomotivas não modificavam apenas o transporte

responsável pelo escoamento da produção para o litoral, mas também os padrões sociais, a vida e as expectativas de todos os moradores da vila de Estrela.

O documento analisado não representa nenhum processo revolucionário, com objetivos ambiciosos, marcado por um perigo mortal para a ordem que era tão prezada pela elite senhorial. Entretanto, o caso do preto Procópio e das chaves da liberdade, que incluía uma extensa rede de companheiros e cúmplices tecida certamente ao longo de muitos anos, visava aumentar os ganhos aos quais regularmente tinham acesso para conseguir a tão bem-vinda liberdade. No caso de Procópio e dos outros escravos envolvidos não fica claro até que ponto o roubo fazia ou não parte de uma estratégia maior para conseguir recursos como conhecimento dos senhores. Mas seria difícil acreditar que num lugar tão pequeno os senhores não estranhasse estarem seus escravos acumulando bens com tanta rapidez. Os fatos narrados indicam pelo menos uma omissão desses senhores no controle das ações de seus escravos, quem sabe na esperança de conseguir uma boa negociação no ato das alforrias,

Os escravos, assim como todos os seres humanos, mesmo gozando de prestígio com seus senhores ao ponto de ostentar uma autonomia ampliada, desejavam a liberdade acima de qualquer outra coisa. Este caso mostra que a história pela luta da liberdade na região do Recôncavo da Guanabara não se restringiu a fuga e a formação de quilombos. Ao contrário, incluiu estratégias mais elaboradas como o plano das chaves.

Apesar da formação dessa extensa rede de interesses que revela a diversidade das interações sociais que tomaram vulto na região, no final das contas Procópio foi o único responsabilizado pelo furto ao senador, pivot de toda a história, que ironicamente tanto se dedicou às questões jurídicas relativas à escravidão e ao comércio legal e ilegal de escravos.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: Estudo da escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: Clio, 2003.

BEZERRA, Nielson Rosa. Pau para toda a obra: a importância da madeira na história econômica do Recôncavo Guanabará. In: *Hidra de Igoassú: Caderno de textos de História Local e Regional*. Ano I – Nº II. Duque de Caxias: Clio, 1999.

_____. Rebelião e Repressão na Baixada Fluminense – Século XIX. In: *Hidra de Igoassú: Caderno de Textos de História Local e Regional*. Ano II – Edição Especial. Duque de Caxias, Clio, 2000. P. 25-32.

_____. Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. In: *Revista Pilares da História: textos sobre a História de Duque de Caxias e a Baixada Fluminense*. Ano II – Nº 2 – maio de 2003.

_____. *As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888)*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FREITAS, Marcos C. *Da Micro-história à História das Idéias*. S. Paulo: Cortez, 1999.

FRÓES, Vania. *Município de Estrela (1846-1892)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1974.

GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1992.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. Em: *Mitos, Emblema, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

KARACH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Companhia da Letras, 2000.

LEVI, Giovani. Sobre a Micro-história. Em: BURKE, P. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-162.

LEVI, Giovani. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Duque de Caxias: Consócio de Edições, 1996.

PERES, Guilherme. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*. São João de Meriti: IPAHB, 2000.

PONDÉ, F. de P. A. O Porto Estrela. Em: *Revista do IHGB*. Volume 293. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SAMPAIO, A. C. J. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

SOARES, Carlos Eugênio L. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

SOARES, Marize de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.